

Informe AEPETRO

Associação dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo e Gás

14 de Fevereiro de 2009

Esta edição

✍ Duas a cada 10 mulheres já foram assediadas sexualmente na PETROBRÁS

✍ A tripla jornada inserida no terror e sofrimento

✍ A precarização como indutor da violência moral na organização

✍ A divulgação como mecanismo de prevenção

✍ A formação de redes de combate a violência moral no trabalho

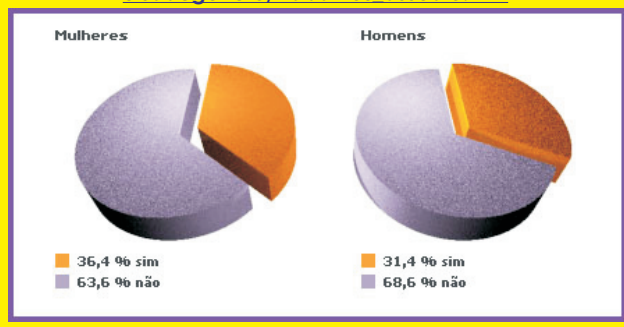
✍ O assédio moral extrapola índices de atenção à saúde pública

✍ Perícia judicial e Previdência Social reconhecem assédio na PETROBRÁS

Respondentes da pesquisa, por sexo, segundo o fato de já terem presenciado situações de assédio moral no ambiente de trabalho.

Fonte:

http://www2.petrobras.com.br/ouvidoria/portugues/pesquisadegenero/trabalhos_assedio.htm



Duas a cada 10 mulheres já foram assediadas sexualmente na PETROBRÁS

Dados oficiais publicados no site da ouvidoria da PETROBRÁS identificam, em uma pesquisa de gênero promovida no âmbito da empresa, que no universo de 2.799 trabalhadoras, 429, já presenciaram situações de assédio sexual no ambiente de trabalho.

A tripla jornada inserida no terror e sofrimento

Em média estas mulheres exercem no cotidiano uma tripla jornada: quer seja no meio ambiente do trabalho; quer seja na administração do lar; quer seja na realização de estudos para aperfeiçoamento do conhecimento na intenção de disputar o mercado competitivo e predatório, que, neste caso, fica explícito, o desdém dado à

A precarização como indutor da violência moral na organização

A formação de grandes redes de terceirização faz parte do caráter estrutural do capitalismo. No caso da PETROBRÁS, 211.566 trabalhadores, 80% da força de trabalho está inserida na flexibilização de direitos, o que fragmenta a categoria e conseqüentemente enfraquece a entidade sindical.

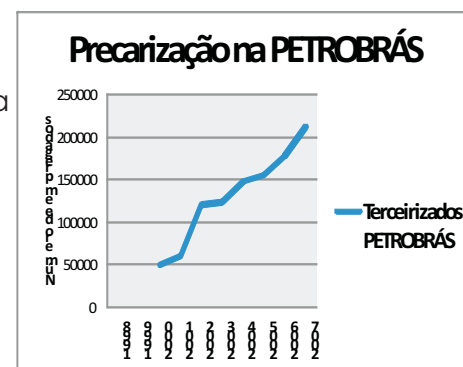
Dos 280.497 trabalhadores que compõem a força de trabalho da multinacional, apenas 10.722 são mulheres, destas, somente 14 exercem cargo de chefia na PETROBRÁS (**Balanco Social Petrobrás, 2007**). Fazendo-se a relação percentual de mulheres que responderam a pesquisa

dignidade humana.

Numa pesquisa promovida pela AEPETRO junto a trabalhadoras terceirizadas que estão inseridas na força de trabalho da RLAM PETROBRÁS, ao entrar na empresa necessariamente é preciso fazer 'amizade' com algum preposto da PETROBRÁS e, de

de gênero promovida pela ouvidoria da empresa, identifica-se, 15,3% de assédio sexual nas entrevistadas, ou seja, no universo da PETROBRÁS, acredita-se que 1.640 mulheres já sofreram assédio sexual.

preferência, manter a 'amizade', caso contrário, restam apenas duas opções: ser demitida ou ficar se submetendo ao assédio sexual cotidiano durante a jornada de trabalho, o que, em muitos casos, acaba impactando na relação familiar.

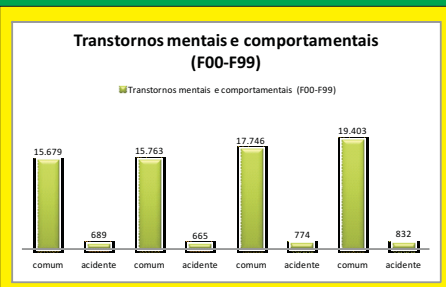


Fonte: Balanco Social Petrobrás 2007

Protesto promovido pela AEPETRO



www.assediomoral.org



Fonte: MPS, 2008

Fale Conosco

Wanderley Júnior
71 81993675

Edilene Farias (Leninha)
71 81943773

Eloísa Alves
71 33544774

Lindomar Meneses
71 33544774

Email: aepetro@aepetro.org.br

A divulgação como forma de prevenção

Se por parte da PETROBRÁS a divulgação da pesquisa revela um terror psicológico no âmbito da empresa é salutar ressaltar que a sua iniciativa constitui um mecanismo de prevenção.

Durante a realização da reunião ordinária do FORUMAT – Fórum de Proteção ao Meio Ambiente do

Trabalho do Estado da Bahia, a AEPETRO fez questão de entregar o resultado oficial da pesquisa promovida pela PETROBRÁS aos entes públicos que compõem o fórum, dentre eles: as Centrais Sindicais (CTB, CUT e Força Sindical); o CESAT; o CREMEB; a FUNDACENTRO, e; o MPT.

A formação de redes de combate a violência moral no trabalho

Dentro da política de divulgação como forma de prevenção, a precursora no assunto e pesquisadora, Dra. Margarida Barreto, mantém por 24 horas aberto um canal de diálogo com a sociedade para dar visibilidade a situação e chamar a atenção dos entes públicos sobre o papel de cada um dentro deste contexto de acumulação flexível que afronta princípios constitucionais, a exemplo

da saúde e a dignidade humana.

A pesquisa promovida pela PETROBRÁS foi disponibilizada no site de combate ao assédio moral, www.assediomoral.org e a AEPETRO vem recebendo todo tipo de apoio pela rede de combate a violência moral no trabalho administrada pela Dra. Margarida Barreto.

O assédio moral extrapola índices de atenção à saúde pública

O assédio moral em unidades da PETROBRÁS como a UN-BA e RLAM foi analisado pela Pesquisadora e Socióloga, Dra. Petilda Vazquez, como um problema de saúde pública. A Análise da Presença de Violência/ Assédio Moral na Organização e Gestão do Trabalho na Petrobrás, feita pela pesquisadora, relata o sofrimento de 12 trabalhadores, que, junto com pareceres jurídicos, psiquiátricos, psicológicos, previdenciários e documentos da empresa comprovam o assédio moral dentro da PETROBRÁS. Não muito distante da comprovação atestada pela socióloga, a própria PETROBRÁS reconhece que **“de três a quatro trabalhadores em 10 já tinham**

presenciado situações de assédio moral no ambiente de trabalho”. Ou seja, cerca de 100mil trabalhadores.

No caso da RLAM e UN-BA, a demanda tramita no MPT da 5ª Região desde Março de 2006 e no CESAT, desde Fevereiro de 2008. Foi criado um grupo de trabalho com a participação de outros atores sociais envolvidos na temática, a exemplo da SRTE e da Previdência Social, onde os trabalhadores aguardam um parecer conclusivo para minimizar o sofrimento.

Perícia judicial e Previdência Social reconhecem assédio na PETROBRÁS

De acordo com a perita nomeada pelo tribunal regional do trabalho da 5ª região, em caso envolvendo uma das doze vítimas que estão sendo acompanhadas pela 5ª Procuradoria Regional do Trabalho; pela Previdência Social; pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e; pelo CESAT, no caso do trabalhador Oscar Cezar Ferreira Magalhães, geofísico da

PETROBRÁS na UN-BA, o colega está doente, foi no meio ambiente do trabalho e foi decorrente de assédio moral.

A Previdência Social também foi conclusiva em sua perícia realizada em 20 de Dezembro de 2007 para o caso do trabalhador Wanderley Ferreira da Silva Júnior, onde

recomenda a mudança do ambiente de trabalho e de função devido a assédio moral sofrido na organização. O parecer é atestado também pela terapeuta ocupacional do INSS. Todos os 12 casos são reconhecidos pelos profissionais da área de saúde como desencadeados no trabalho.